



Público

01-02-2012

Periodicidade: Diário

Classe: Informação Geral

Âmbito: Nacional

Tiragem: 51453

Temática: Justiça

Dimensão: 746

Imagem: S/Cor

Página (s): 4

Justiça Polémica na reorganização das comarcas sobe de tom

Mapa que indica os tribunais que vão ser extintos não cumpre os critérios da distância indicados pelo Governo

Mariana Oliveira

Vários tribunais ameaçados de extinção ficam a mais de uma hora de distância dos que vão receber os seus processos. Críticas ao mapa judiciário sobem de tom

Entre o Tribunal Castelo de Paiva, que deverá fechar, e o de Arouca, que ficará com os seus processos, são 27km de distância, como escreve a Direcção Geral da Administração da Justiça (DJAJ) na proposta de encerramento de 47 tribunais em todo o país. Mas é impossível fazer as 365 curvas da EN-224 em 27 minutos, como se refere no mesmo documento. Tal só é mesmo possível nas contas do *site www.viamichelin.com*, que os autores da proposta usaram para estimar as distâncias.

A Câmara de Castelo de Paiva, do PS, garante que esse trajecto é "pés-simo" e demora cerca de uma hora e, que entre os dois municípios só há uma ligação diária de autocarro. Recorrer a um táxi custa 35 euros, ida e volta. Por isso, esta autarquia considera a proposta do Governo "injusta e inqualificável" e criou um grupo de trabalho para a rebater.

Este é apenas um dos casos em que a proposta da DGAJ não respeita sem margem para dúvidas os critérios definidos pelo próprio Ministério da Justiça para decidir quais os tribunais que deveriam encerrar. Aliás, ontem no discurso da cerimónia oficial do ano judicial, a ministra Paula Teixeira da Cruz, admitiu que alguns dos tribunais que constam da proposta não irão fechar, exactamente porque não respeitam esse critério: a distância entre o tribunal a encerrar e aquele que vai receber o processo tem de ser percorrida em menos de uma hora.

ANMP discorda

A Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP) exigiu ontem, em comunicado, ser ouvida pela ministra. "Não se começa uma reforma que implica populações sem se ouvirem os seus legítimos representantes: os municípios", lamenta a ANMP. A associação informa que vai convocar os 47 municípios abrangidos e convidar a ministra da Justiça para debater a proposta. "Adoptando critérios em absoluto discutíveis - se o movimento judicial é insuficiente, porque não circula o juiz entre duas comarcas em vez de se obrigarem milhares de cidadãos a fazê-lo?", pergunta a ANMP. Ignora, contudo, que alguns dos tribunais cujo encerramento está previsto, como é o caso de Paredes de Coura, já são comarcas de competência partilhada. Isso significa que o procurador e o juiz de Paredes de Coura e de Vila Nova de Cerveira (que curiosamente vai receber os processos) são os mes-

Proposta do Governo prevê extinção de um quinto das comarcas

Coimbra e Viseu são os maiores perdedores

Comarcas
Nova proposta



Quem ganha e quem perde com o novo mapa judiciário

Pop abrangida em milhares

Actuals | Propostas



Pessoal ao serviço



Oficiais de Justiça



Fonte: Ministério da Justiça

mos e se deslocam de acordo com a conveniência de serviço.

O comunicado da ANMP continua insistindo que o resultado desta reforma "só poderia ser a perda, para muitos, de um dos direitos fundamentais de cidadania que é o acesso à Justiça". E remata: "A existência de tribunais constitui um factor de coesão territorial, contribuindo para a fixação de populações".

Em Sines, a notícia do encerramento do tribunal já levou Manuel Coelho, presidente da autarquia, a repudiar a proposta. Os processos referentes ao Tribunal de Família e de Menores

passarão para Santiago do Cacém, a 19km de distância, enquanto a extinção do Tribunal do Trabalho leva mais de 500 processos para Setúbal, a mais de 120km. As viagens de ida e de volta, em transporte público, entre Sines e a capital de distrito demoram cerca de cinco horas em média (duas horas e meia por percurso). Também vale a pena não esquecer que os dois tribunais de Sines foram criados há menos de dois anos.

Outro caso curioso é o do Cadaval, do Norte do distrito de Lisboa, que fica a 32km do Tribunal de Torres Vedras, que vai receber os processos. O

percurso até pode ser feita nos 29 minutos previstos pela DGAJ e há alguns transportes públicos. Mas o que é mais estranho é que o Tribunal do Cadaval tem instalações novas, inauguradas há exactamente seis anos, num investimento de 1,9 milhões de euros. E a cerimónia inaugural até foi presidida pelo então ministro da Justiça, José Pedro Aguiar Branco, actual ministro da Defesa. Aguiar Branco, de facto, disse, na altura, que pensava avançar com o estudo de uma reforma do mapa judiciário, mas não previu que integraria um Governo que ia propor o encerramento deste mesmo tribunal.

O encerramento de cinco tribunais no Alentejo é encarado pelos autarquias e empresários da região como mais um contributo para acelerar o despovoamento. Almodôvar é o caso mais grave. A deslocação dos serviços judiciais para Mértola não relevou a inexistência de transportes públicos entre os dois concelhos e que a ligação rodoviária se faz por uma estrada em péssimas condições de circulação e de segurança, um percurso que demora mais de uma hora.

Igualmente preocupante é o encerramento do Tribunal de São Vicente, na Madeira. O PSD apresentou ontem um voto de protesto na Assembleia Legislativa da Madeira relativamente à intenção do Governo encerrar este tribunal. Alega que "é o tribunal que fica mais distante de qualquer outro existente na região e é o único no norte da ilha da Madeira". O Tribunal de São Vicente é de competência genérica, ou seja, reúne processos civis, criminais, de trabalho e de família e menores num número que a DGAJ estima será de 122 processos após a reorganização. O seu encerramento implicará o reforço do congestionamento de um outro tribunal desde já congestionado, o da Ponta de Sol.

Mação é outro caso grave. É um município do norte do distrito de Santarém com graves problemas de desertificação e de envelhecimento da população. Fazer o percurso entre Mação e o "Tribunal de Destino", em Abrantes, não é fácil. Pela EN3, o trajecto é sinuoso. A melhor alternativa será seguir através da A23, onde só metade do percurso está sujeita a portagem, mas mesmo assim os utentes têm que pagar 80 cêntimos por cada viagem.

No distrito de Bragança prevê-se o encerramento de quatro tribunais. Alfândega da Fé é o caso mais flagrante, com uma distância estimada de cerca de 40 minutos até Torre de Moncorvo, apesar de o tribunal de Macedo de Cavaleiros ficar mais próximo. A presidente da câmara, Berta Nunes, teme que deixe de haver acesso universal à Justiça, pois praticamente não existem transportes públicos. Por outro lado, as habitantes de Vinhais terão de se deslocar mais de 30km até Bragança por uma estrada de montanha.

O Tribunal de Cabeceiras de Basto, inaugurado em Junho de 2009 com um investimento de cerca de três milhões de euros, é um dos casos mais polémicos. Os processos desta comarca passam para Celorico de Basto, que dista 23km daquela vila. A autarquia, presidida pelo líder da distrital de Braga do PS, Joaquim Barreto, garante que "há todas as razões para manter em funcionamento" aquele equipamento tendo em conta os critérios definidos pelo Ministério da Justiça. O tribunal é novo, é propriedade do Estado e teve, no ano passado, um movimento de 1505 processos. **com S.D.O. C.D., TdN., S.S., J.T., A.G.R. e N.A.**